

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA (1934)

Entrevista com o Ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, focalizando sua trajetória acadêmica e atuação pública como economista.

Luiz Carlos Bresser-Pereira nasceu em São Paulo, em 30 de junho de 1934. Completou o secundário no Colégio São Luiz, quando se associou aos jovens intelectuais da Ação Católica. Iniciou sua atividade profissional, como jornalista, em 1950, no jornal *O Tempo*. Foi repórter, crítico de cinema e secretário da primeira edição do *Última Hora*. Formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo em 1957. Em 1959 ingressou na EAESP-FGV como auxiliar de ensino, tendo sido professor de disciplinas ligadas à Administração até 1967, e de Economia desde então. Obteve seu *Master in Business Administration*, em 1961, pela Michigan State University. Nessa mesma época, fez cursos especiais na Harvard University. Em 1968, lançou seu polêmico *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. Como empresário, foi diretor administrativo das empresas do Grupo Pão de Açúcar entre 1963 e 1983.

Em 1972, doutorou-se em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da USP, com a tese *Mobilidade e Carreira dos Dirigentes das Empresas Paulistas*, tendo como orientador Antônio Delfim Netto. Também na USP obteve o título de livre-docente em economia, em 1984, com a tese *Lucro, Acumulação e Crise: A Tendência Declinante da Taxa de Lucro Reexaminada*, publicada como livro em 1986. É membro do Conselho do CEBRAP desde sua fundação em 1970. Em 1977, foi professor visitante na Universidade de Paris I, Sorbonne e em 1988, do Instituto de Estudos Avançados da USP.

No plano político, depois de participar do PDC e da Ação Católica nos anos 50, militou no MDB e depois no PMDB. Em 1978 publicou *O Colapso de uma Aliança de Classes*. Como homem público, no governo Montoro, foi presidente do Banco do Estado de São Paulo (1983) e, posteriormente, secretário de Governo. Em 1984, lança, em co-autoria com Yoshiaki Nakano, *Inflação e Recessão*. Foi ministro da Fazenda no governo Sarney, entre abril e dezembro de 1987, quando

References: “Entrevista para Conversa com Economistas” (1996). In Biderman, Ciro, Luis Felipe Cozac e José Marcio Rego, *Conversas com Economistas*, S.Paulo: Editora 34, 1996.

Sections:

- [Formação](#)
- [A Visão de Esquerda e a Reforma do Estado](#)
- [Lucro, Acumulação e Crise: Marx e a Tendência Declinante da Taxa de Lucro](#)
- [Inflação](#)
- [Método](#)
- [Hegemonia Ideológica e Colonialismo Acadêmico](#)
- [Desenvolvimento Econômico](#)

apresentou o Plano Bresser. Nesse período fez uma proposta de solução para o endividamento externo, via securitização da dívida.

Em 1988, participa da dissidência partidária do PMDB que criou o PSDB. Em 1993, escreve, em conjunto com J. M. Maravall e Adam Przeworski, *Reformas Econômicas em Democracias Novas — Uma Abordagem Social-Democrata*. O papel do Estado e da sua reforma é retomado em *A Crise Fiscal do Estado*, de 1994. Nas eleições presidenciais desse ano, foi tesoureiro da campanha vitoriosa de Fernando Henrique Cardoso e, desde a posse do governo, é ministro da Administração e da Reforma de Estado.

Publicou inúmeros artigos em revistas acadêmicas sobre Economia e Ciência Política. Entre 1968 e 1996, publicou dezenove livros, sendo o último *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil*. Em 1996, recebeu o título de professor *honoris causa* da Universidade de Buenos Aires.

Nossos dois encontros foram no Morumbi, em São Paulo, na sede da *Revista de Economia Política*, fundada em 1980 e editada por Bresser-Pereira desde então. A primeira entrevista ocorreu em outubro de 1995 e a segunda em novembro do mesmo ano.

Formação

Por que escolheu Economia? Houve algo especial que lhe inspirou?

A minha família e também o tempo em que eu vivia me levaram a fazer Direito. Meu pai era advogado. Quando cheguei ao terceiro ano da faculdade de Direito, li um artigo publicado nos *Cadernos de Nosso Tempo*, revista do grupo que depois formaria o ISEB, no qual Hélio Jaguaribe, que não assinava o artigo, fazia uma grande análise do que seriam as eleições de 1955. Partia do desenvolvimento econômico e da industrialização brasileira, desde a colônia até aquele momento, mostrando as duas grandes coalizões de classes que havia: de um lado, os pró-desenvolvimentistas, os industriais, os trabalhadores e os técnicos ou burocratas; e, de outro lado, a oligarquia agrário-mercantil, aliada ao imperialismo. Fiquei absolutamente fascinado por esse artigo, por essas idéias. Naquela época eu já lia um pouco de marxismo e as coisas bateram, ainda que o Hélio não fosse um marxista.

Naquele dia — eu tinha então vinte anos — decidi que não iria mais ser juiz de direito para trabalhar com desenvolvimento econômico, fosse como economista, fosse como sociólogo, não estava absolutamente claro qual dos dois. Mas como estava para casar, tratei de terminar a Faculdade de Direito. A partir de então comecei a procurar oportunidades em pós-graduação para mudar de profissão. Nessa época, já casado, trabalhei em jornalismo, em publicidade, mas tudo o que eu queria era sair dessa área e passar para Economia ou Sociologia. Depois de algumas tentativas fracassadas, afinal consegui fazer o concurso para professor da Fundação

Getúlio Vargas, para o qual bastava ter curso superior. Passando no concurso, poderia ficar um ano trabalhando com os professores americanos aqui e depois ir para os Estados Unidos, ficar dezoito meses lá, fazer um mestrado em Administração na Michigan State University em um ano e passar seis meses em Harvard.

Nos Estados Unidos, já me interessei muito pela teoria do empresário, descobri Schumpeter, e por aí vi uma ponte entre a Administração de Empresas e a Economia do Desenvolvimento. Quando voltei ao Brasil, tinha a idéia de fazer uma pesquisa e uma tese de doutoramento na área de Economia sobre as condições para as origens de uma classe empresarial, e portanto para uma Revolução Industrial em um país subdesenvolvido, tendo o Brasil como pano de fundo. Comecei a fazer pesquisa por minha conta. Tentei primeiro ser sociólogo. Falei com Florestan Fernandes, mas ele não me conhecia e quase me pôs para fora (risos). Um juvenzinho formado em Administração na Michigan State University querendo trabalhar com ele! Uns dois meses depois houve um seminário patrocinado pela UNESCO na FEA, que era coordenado pelo Delfim Netto e pelo Ruy Leme. Vieram Nicholas Kaldor, Michael Kalecki e um grande economista matemático francês [Maurice Allais]. Assisti e participei ativamente desse seminário. No final conversei com Delfim, que me aceitou como orientando. Passei muitos anos para conseguir terminar o doutorado. Fiz muitos seminários com o Delfim e com o grupo dele entre 1962 e 1965.

Já como aluno formal?

Não, o seminário das sextas era informal. Eu era aluno formal, estava inscrito no doutorado, mas no doutorado não havia cursos regulares, tinha que se fazer apenas duas “disciplinas subsidiárias”. Eu fiz uma com o Delfim e a outra, em Microeconomia, com Dorival Teixeira Vieira. Tentei fazer uma subsidiária com a doutora Alice Canabrava, mas quase todos os livros que ela indicou estavam na Biblioteca Nacional, e naquela época não havia *xerox* (risos). E também minha intenção não era ser um historiador econômico, queria apenas ter algumas informações para poder fazer análise das condições históricas para a emergência de uma classe empresarial. Só consegui a aprovação nas duas disciplinas por volta de 1966, e em 1972 apresentei a minha tese, sem nenhuma participação do Delfim. Ele realmente só participou na tese pelo fato de que eu participava de alguns seminários dele, onde conheci Affonso Celso Pastore, Betty Mindlin e Carlos [Antônio] Rocca.

Mas o senhor começou lecionando disciplinas de Administração.

Nos primeiros quatro anos lecionei Introdução à Administração e Diretrizes Administrativas: o primeiro e o último curso da graduação. No curso de Diretrizes Administrativas decidi dar, como parte teórica, o processo de tomada de decisão. E para dar o processo de tomada de decisão eu dava teoria dos jogos, *maximin*, *minimax* etc. Eu não imaginava que depois isso seria tão importante na Microeconomia convencional. Naquela época nem se pensava nisso, muito menos eu; estava usando teoria dos jogos para a tomada de decisão no campo da

Administração de Empresas. Aliás, acho impressionante o quanto a Administração de Empresas pode ajudar, pode fornecer subsídios para uma boa Economia.

Mas o meu objetivo evidentemente era sair da Administração de Empresas e passar para a Economia. Creio que em 1965 lecionei um curso de “Administração para o Desenvolvimento”, um curso optativo de Economia. Foi o segundo curso que o Yoshiaki Nakano fez comigo; fez um bom trabalho semestral, que, afinal, foi o primeiro artigo que um aluno da escola publicou na *RAE, Revista de Administração de Empresas*. Era um artigo sobre escolha de técnicas. Mais adiante, consegui mudar para o Departamento de Ciências Sociais¹, porque naquela época ainda não existia o Departamento de Economia; a Economia estava dentro do Departamento de Ciências Sociais. Uns dois ou três anos depois nós criamos o Departamento de Economia². Inicialmente lecionei Micro e Macro, e depois, a partir dos anos 70, Desenvolvimento Econômico e Economia Brasileira. Deixei a Micro e a Macro de lado, o que foi uma pena. Quando a crise arrebentou, passei a dar inflação e balança de pagamentos e, a partir dos anos 90, depois de minha experiência no ministério, dei seminários sobre temas recentes de teoria econômica. A coisa mais nova foi Metodologia Científica em Economia. Ao mesmo tempo, voltei a ensinar Desenvolvimento Econômico, depois de longo inverno. Os catorze anos que eu tinha ficado fora do desenvolvimento econômico foram os catorze anos da estagnação do Brasil.

E sobre a sua tese de doutorado?

Defendi meu doutorado em Economia na FEA-USP em 1972, com uma tese sobre origens étnicas e sociais dos empresários paulistas. Esse tema estava ligado a um dos problemas centrais que me preocuparam nos anos 70. É a preocupação, de natureza mais sociológica do que econômica, com a natureza das sociedades contemporâneas, e o fato de que nessas sociedades existem não duas mas três classes relevantes: a classe capitalista, a classe trabalhadora e a classe burocrática (ou a nova classe média, ou a classe média assalariada, ou a classe tecnoburocrática). Acho absolutamente impossível entender as sociedades contemporâneas sem entender isso. Desenvolvi uma teoria, usando conceitos marxistas como *modo de produção, relação de produção, classe social*, para chegar a conclusões não-marxistas, ou seja, de que havia uma outra classe, e que essa classe era muito importante.

Em um certo momento cheguei a achar que essa classe tenderia a ser dominante, mas depois verifiquei que isso era falso e que essa classe seria sempre muito importante, mas não necessariamente dominante. Isso está presente seja em livros teóricos gerais, seja num livro que escrevi nos anos 70 chamado *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado* [1970], em que faço uma análise do tipo de modelo de desenvolvimento que estava acontecendo no Brasil naquela época, que

¹ - Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração.

² - Planejamento e Análise Econômica Aplicados à Administração.

eu chamava de “modelo de subdesenvolvimento industrializado”, no qual a classe burocrática tinha um papel importante. Na verdade, era o segundo livro que eu fazia na área de Economia. O primeiro foi *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, que publiquei antes do doutoramento, em 1968. Se esgotou em três meses e era muito crítico à política do governo brasileiro da época. Esse livro me causou um inquérito policial. Roberto Campos quis debater publicamente comigo, eu era menino” naquela ocasião e aceitei. Afinal ele desistiu e num divertido almoço no CaD’oro veio com o meu livro todo anotado para ver de me convencia que quem tinha razão era ele. Uma parte da razão certamente ele tinha e eu tinha a outra.

Quais foram suas influências mais importantes?

Em termos de formação: Rangel, Jaguaribe e Furtado. Fora do Brasil as maiores influências foram Marx, Weber e Keynes, que foram muito importantes na minha formação. Em seguida, Kalecki e Galbraith. Depois não existem mais mestres, a gente cresce e tem que tratar de pensar por conta própria. Mesmo em relação a esses mestres, eu nunca fui furtadista ortodoxo, keynesiano ortodoxo, marxista ortodoxo, nada ortodoxo; quer dizer, nunca fui de carteirinha para nada. São autores ou pessoas que tiveram, ou no plano da teoria geral ou no plano da análise do Brasil, contribuições muito importantes, mas são contribuições datadas, como certamente são as minhas.

Da geração posterior à sua, quem o senhor citaria?

Meu grande companheiro de estudos em todo esse tempo, com o qual escrevi uma parte importante dos meus trabalhos e com quem sempre aprendi muito, foi Yoshiaki Nakano. É um extraordinário economista. Graças a Deus, tenho muitos amigos economistas com os quais estou permanentemente trocando idéias. Também tenho muitos amigos cientistas políticos, e continuo me sentindo um *double* de economista, cientista político e filósofo social.

Gostaríamos que comentasse sobre a criação do centro de pós-graduação na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

As primeiras tentativas de pós-graduação em Administração de Empresas na GV datam de 1959-1960. Em 1963, foi feita uma grande reformulação da qual eu já participei. Em 1965, assumi a direção da pós-graduação e transformei o curso em um mestrado em Administração de Empresas. Fiquei oito anos como coordenador, entre 1965 e 1972. É um dos primeiros mestrados no Brasil.

Em 1972, houve uma grande reformulação no programa, contra minha opinião. O mestrado de Administração de Empresas da GV era um mestrado profissional, reservando-se a parte acadêmica para o doutorado. Abandonaram essa idéia e fizeram um mestrado em Administração de Empresas puramente acadêmico, o que me deixou indignado. Vinte anos depois meus colegas voltam ao caminho correto.

Em 1973, é criada uma área de concentração em Economia, dentro do mestrado de Administração de Empresas. E, a partir de meados dos anos 70, nós tentamos transformar essa área de concentração em um mestrado de Economia e um doutorado de Economia *tout court*, mas houve uma resistência muito forte, primeiro da própria Escola, depois do Rio de Janeiro. Alguns anos mais tarde, os professores da escola, especialmente os de finanças, percebem que seria muito bom se houvesse um curso autônomo de mestrado em Economia na FGV, e passam a dar apoio. Mas a resistência do Rio de Janeiro, especialmente do doutor Luiz Simões Lopes, continuava firme. Só depois que fui ministro da Fazenda, em 1988, o mestrado e o doutorado em Economia foram autorizados pela direção da FGV no Rio.

O Departamento de Economia da FGV de São Paulo teve sempre um caráter rigorosamente plural, no sentido de que nós jamais admitimos que uma orientação ideológica prevalecesse. Achávamos fundamental que houvesse pessoas de várias tendências dentro do departamento, que os cursos de Microeconomia fossem dados por neoclássicos, os de Política Monetária, por monetaristas, os de Macroeconomia fossem dados por keynesianos, e assim por diante.

Isto tem sido preservado na escola: é o que chamo de uma perspectiva pluralista. Além disso, desde a fundação do departamento, nós definimos um princípio: que haveria rodízio na chefia, de forma que o chefe ficasse dois anos e depois fosse substituído e só pudesse voltar a ser chefe depois de completado o rodízio. Isso significa que importante é o departamento e não o chefe. E assim se evitam conflitos.

O departamento, nos últimos anos, caminhou para posições do *mainstream*, mas o *mainstream* está em crise. Essa pobre *rational expectations* já está fazendo água. A credibilidade como solução para tudo e a *rational expectations* foram desmentidas pelo México.

A Visão de Esquerda e a Reforma do Estado

O senhor ainda se considera um intelectual de esquerda?

Eu me considero um intelectual de esquerda moderada. Nos anos 70, adotei posições marxistas, mas sempre fui contra o comunismo. Meu amigo Eduardo Suplicy nunca foi marxista mas sempre foi de esquerda muito mais decidida. Ele tem um sentido de indignação moral maior que o meu. Quando aconteceu o colapso do Plano Cruzado e logo depois o colapso dos regimes comunistas, a esquerda entrou em crise no Brasil. Surgiu então para a esquerda o problema de “transição intelectual”. O que chamo de “transição intelectual”? Não que se abandone as posições de esquerda. Continua-se firmemente disposto a arriscar a ordem em nome da justiça, continua-se achando que a justiça social ou que uma distribuição de renda mais igualitária é tão importante que, para ser alcançada, a ordem pode, em alguns momentos, ser colocada em segundo plano. Embora seja necessário fazer

alguns compromissos em certos momentos, a prioridade é a justiça e não a ordem. Isso é ser de esquerda. Se você deixar de pensar assim, você virou de direita.

A esquerda era historicamente identificada, nos anos 50, ou desde os anos 30, com uma intervenção forte do Estado na economia, com o modelo de substituição de importações; portanto, com a proteção à indústria nacional e com o *welfare state*, embora este, aqui no Brasil, nunca tenha sido decentemente aplicado. Também foi identificada com um tipo de política pretensamente keynesiana, mas, na verdade, populista, que pensava que a demanda cria oferta, o que é um absurdo. A oferta não cria a sua própria demanda, mas também a demanda não cria a sua própria oferta. Essa esquerda dizia que o déficit público ou o aumento de salário seriam uma coisa boa por natureza, porque criavam demanda. Isso é tolice populista, mas toda a esquerda foi vitimada por isso. E quando veio a crise foi preciso fazer uma “transição intelectual”, quer dizer, continuar de esquerda mas passar a ter posições mais racionais — se se quiser, mais ortodoxas.

Comecei a fazer essa transição no começo dos anos 80, quando comecei a orientar o boletim de conjuntura do Grupo Pão de Açúcar, ajudado pelo Yoshiaki Nakano, pelo Alkimar Moura, pelo Fernando Dall’Acqua, pelo Geraldo Gardenalli. Este era o meu grupo mais direto de amigos economistas. No boletim de conjuntura nós éramos obrigados a analisar a realidade do dia-a-dia da economia, o que nos dava um pouco mais de realismo. Estava vendo a crise fiscal em que o país estava entrando. De forma que, quando cheguei ao Ministério da Fazenda, em 1987, já havia feito essa transição. Quando eu disse, no meu discurso de posse, que era preciso fazer ajuste fiscal, fui chamado de amigo do FMI, de reacionário, de conservador, quase fui expulso do PMDB, que era o meu partido. Houve uma convenção, três meses depois da posse, em que o doutor Ulysses Guimarães teve que fazer um esforço danado, pedindo apoio do Celso Furtado, da Conceição [Tavares], do Luciano Coutinho para que fosse evitada minha expulsão!

Esta transição intelectual, fundamental para se ter um papel na condução da política econômica nos anos 80 e 90, não significa absolutamente o abandono das idéias da esquerda. Historicamente não é preciso estar a favor de uma intervenção tão grande do Estado e muito menos é preciso achar que o déficit público e o aumento dos salários são uma forma de promover desenvolvimento e distribuição de renda para ser de esquerda.

Para completar essa transição, eu precisava desenvolver uma teoria para explicar a crise da economia capitalista a partir dos anos 70 e da economia capitalista brasileira em particular. É o que venho fazendo nesses últimos dez anos, desde 1986 pelo menos, tentando desenvolver uma explicação mais geral para a crise que vem acontecendo no mundo capitalista. E essa explicação — agora todo mundo repete e eu não sei mais o que tem de contribuição minha — é a da famosa crise fiscal do Estado, ou, mais amplamente, da crise do Estado. É a idéia de que, nos anos 30, tivemos uma crise de mercado e, nos anos 80, uma crise do Estado. Uma crise fiscal do Estado, uma crise do modo de intervenção do Estado na

economia, do *welfare state*, da industrialização por substituição de importações e do estatismo comunista.

Neste ano [1995] eu acrescentei um terceiro aspecto da crise: a crise da forma burocrática de administrar o Estado. A administração burocrática é cara, ineficiente e de baixa qualidade, tornando necessária uma nova forma de administrar o Estado. Esse é o esforço intelectual que venho fazendo, na medida do possível, sistematicamente. Acho que os documentos mais importantes que escrevi sobre a crise do Estado são o trabalho com o Maravall e o Przeworski³, um artigo publicado no *World Development*, “Economic Reforms and Cycles of the State” [1992], e o livro que será publicado em 1996 em inglês e português, *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil*. Mas é um assunto que espero poder continuar a pensar e a discutir.

Como ministro da Administração Federal e da Reforma do Estado, a coisa que me interessa mais diretamente é a reforma do aparelho do Estado, vista de dois planos maiores. Um é a crise do Estado, que tem como um de seus elementos a crise do aparelho do Estado. E o outro ângulo é o problema do avanço da democracia.

Desde seu livro de 68, Desenvolvimento e Crise no Brasil, o senhor tem essa preocupação não apenas com questões econômicas, mas também com questões políticas...

Se vocês quiserem que eu separe a economia da política, vocês estão perdidos, porque não consigo. A economia é sempre política. A democracia avançou nesses últimos séculos de maneira muito grande no mundo, primeiro com a definição, depois com a implantação de alguns direitos nas Constituições e nas leis dos países. No século XVIII, os filósofos iluministas e duas revoluções, a americana e a francesa, contribuíram para a definição dos direitos individuais contra o Estado oligárquico, opressor. E, no século XIX, os liberais implantaram esses direitos nas Constituições e leis dos países. No século XIX, os socialistas e, em segundo lugar, a Igreja definiram os direitos sociais, os direitos dos fracos contra os fortes, dos pobres contra os ricos. E, no século XX, esses direitos foram implantados nas Constituições e nas leis dos países.

Entretanto, com o surgimento do Estado social, o Estado tornou-se muito grande, e o interesse de grupos especiais de se apoderar dele, de reprivatizá-lo, se tornou enorme. Reprivatizá-lo porque o Estado pré-capitalista é, por definição, privatizado pela classe dominante. Com a democracia isso vai perdendo força. No final do século XX, uma tarefa fundamental do nosso tempo é definir um terceiro tipo de direito, que eu proponho chamar de direitos públicos.

³ - Bresser-Pereira *et alli* (1993) *Reformas Econômicas em Democracias Novas: uma Abordagem Social-Democrata*.

E o que seriam os direitos públicos?

Seriam os direitos de todos os cidadãos à coisa pública, à *res publica*. A coisa pública é o patrimônio que é de todos e para todos, ou pelo menos que deveria ser. E, quando ela é privatizada por grupos de interesse de capitalistas, de funcionários e de sindicalistas, a democracia está sendo gravemente atingida. Para defender a coisa pública há dois níveis. O primeiro é o nível político, com a democracia clássica, o sistema eleitoral, os parlamentos livres, a imprensa livre, e também a democracia direta e participativa, que é um segundo momento importante no processo da sua defesa. Por outro lado, há a defesa da coisa pública no plano administrativo.

No plano administrativo, a estratégia de defesa inventada no século XIX foi a administração pública burocrática, para suceder a administração patrimonialista, que confundia o público com o privado. Mas essa administração pública burocrática foi inventada para um Estado liberal, que era pequeno e sem serviços. Quando o Estado tornou-se muito grande e com serviços muito importantes, percebeu-se que a administração pública era muito ineficiente, muito cara e com um serviço de muito baixa qualidade. Ou seja, que a ineficiência desse tipo de administração também era uma forma de privatização da coisa pública.

Essa preocupação com a coisa pública vem da esquerda e da direita, de forma que está havendo um esforço em definir esse problema, e portanto em protegê-lo. Em 1978, Luciano Martins publicou um artigo⁴, nos *Ensaio de Opinião*, em que pela primeira vez ouvi falar da idéia da “privatização do Estado”. Em 1974, Anne Krueger já havia publicado um artigo na *American Economic Review*⁵ falando sobre o *rent seeking*, que é a mesma coisa que a privatização do Estado, só que do ponto de vista da direita. Havia uma diferença de conclusões entre a direita e a esquerda: enquanto a direita, os neoliberais, diante da privatização do Estado, querem levá-lo ao mínimo e voltar ao Estado liberal do século passado — o que é ridículo, impossível, porque assim se perde a defesa dos direitos sociais — a esquerda e a social-democracia querem reformar o Estado. Um Estado menor, mais forte, menos privatizado e capaz de defender ou afirmar os direitos individuais, sociais e públicos. Esse tema é meu último divertimento intelectual.

⁴ - Martins (1978) “Estatização da Economia ou ‘Privatização’ do Estado?”.

⁵ - Krueger (1974) “The political economy of rent-seeking society”, *American Economic Review*.

Lucro, Acumulação e Crise: Marx e a Tendência Declinante da Taxa de Lucro

Nos anos 80, em sua tese de livre-docência, *Lucro, Acumulação e Crise* 1986], o senhor faz um trabalho estritamente em economia. Poderia tecer alguns comentários sobre ela?

Era um velho projeto que me custou quinze anos de trabalho. Reescrevi essa tese pelo menos três vezes. A primeira idéia que eu tive foi nos Estados Unidos, e a primeira vez que tive coragem de escrever cinquenta páginas foi em 1970. É uma tese sobre a tendência declinante da taxa de lucro em Marx. Na verdade, a meu ver, é uma tese que explica em termos muito abstratos, embora com uma matemática muito simples, porque a matemática complicada não sei, o processo de desenvolvimento a longo prazo dos sistemas capitalistas, usando um modelo clássico — mais explicitamente, usando variáveis marxistas como acumulação, composição orgânica do capital, taxa de mais-valia, mas chegando a conclusões não-marxistas. É a mesma coisa que eu já tinha feito com as classes sociais e a teoria do modo de produção estatal. Isso sempre confunde os meus críticos, porque eles não sabem como me classificar (risos).

Quais as conclusões mais importantes dessa tese?

Nessa tese, acho que descobri algumas coisas importantes. Quando se examina o processo de desenvolvimento capitalista, tem que pensar em três tipos de progresso técnico: poupador de capital, neutro e dispendioso de capital. Isso já está na literatura, em Harrod, em Hicks. Mas me pareceu que era pouco utilizado para se analisar a longo prazo o processo de desenvolvimento capitalista, e não se explicava qual era a lógica de um processo de progresso técnico dispendioso de capital, que é uma coisa muito importante.

Primeiro tive que entender o que era o progresso técnico dispendioso de capital, que Marx chamava de “mecanização”. Quando se tem esse tipo de progresso técnico, se os salários permanecerem constantes, a taxa de lucro cai. Se o progresso técnico é neutro, pode-se ter a taxa de lucro constante e a taxa de salário crescendo à taxa da produtividade. O mais interessante é que se pode ter o outro lado, o progresso técnico poupador de capital, que é quando se começa a substituir máquinas velhas por máquinas mais novas, mais baratas: aí se tem progresso técnico poupador de capital no qual o aumento da participação dos salários e ordenados na renda é consistente com a manutenção da taxa de lucro e da taxa de acumulação, portanto com uma distribuição de renda cada vez melhor. Nesse livro, uma outra coisa fundamental foi que inverti a teoria clássica da distribuição da renda. Depois me disseram que [Piero] Sraffa e [Joseph] Steindl fizeram isso⁶. Claro que outros autores também pensaram nisso, nada é novo nesse mundo, mas pensei por minha conta, sem usar nenhum desses autores, e acho que está bem mais claro no meu trabalho do que no deles.

⁶ - Rego in Revista *Senhor* 05/08/86. Resenha do livro *Lucro, Acumulação e Crise*.

O senhor pode especificar melhor a diferença entre esse enfoque e o pensamento “clássico”?

Os clássicos dizem que o salário de subsistência é dado, é a variável independente. Dada a produtividade, o lucro é o resíduo e a taxa de lucro, portanto, também é o resíduo. Por que não inverter o processo? Basta pensar que no sistema capitalista a taxa de lucro é que é dada e tem que se manter constante a longo prazo. Se isso for verdade, o resíduo é a taxa de salários.

Qual é a lógica para isso? A lógica é muito simples. Se se imaginar que existe uma alternativa econômica ao sistema capitalista, tudo bem, mas ninguém achou nenhuma até agora. Estamos pensando em coisas históricas objetivas. É preciso manter o sistema funcionando. Para mantê-lo funcionando, não importa que o progresso técnico seja em certos momentos dispendioso de capital, não importa que o poder dos sindicatos aumente em certos momentos, não importa que vários fatores venham a contribuir para reduzir a taxa de lucro, não importa que o sistema capitalista seja cíclico por natureza. Dados os ciclos, a taxa de lucro em certos momentos cai violentamente. Mas os homens que vivem em sociedade e querem sobreviver sabem que sua condição de sobrevivência é que haja acumulação de capital e, portanto, vão adotar todas as medidas de ordem institucional, econômica e tecnológica necessárias para preservar a taxa de lucro.

Um outro sistema, digamos um socialismo estatista, precisaria também de uma taxa de lucro, ainda que disfarçada em taxa de excedente. Num sistema socialista democrático, de mercado, também seria necessária uma taxa de lucro positiva e relativamente estável para garantir a acumulação. Como essa taxa de lucro é absolutamente essencial, a sociedade trata de mantê-la. Eu mostro os dados. Pelo menos desde 1850, a taxa de lucro no sistema capitalista é constante — varia ciclicamente mas é basicamente constante. A fase marxista, em que a composição orgânica do capital crescia fortemente, a taxa de mais-valia permanecia constante e a taxa de lucro caía, foi um pequeno período depois de altíssimos lucros alcançados na época da Revolução Industrial — é só isso. Isso dá uma nova perspectiva à dinâmica de longo prazo do sistema capitalista.

Esse meu trabalho usa Marx como instrumento. Não usa o pensamento neoclássico porque ele é irrelevante para a análise de longo prazo. Um bom desenvolvimento para esse trabalho seria acoplá-lo aos modelos keynesianos de longo prazo, tipo Harrod-Domar, Kaldor e Pasinetti. São um bom complemento para o meu trabalho, que é anterior, está na base. Não que ele tenha sido feito antes, mas é anterior em termos lógicos. Um dia alguém vai estudar mais os meus modelos e ver se eles são úteis. O diabo é que, quando se escreve teoria econômica no Brasil, ninguém dá a mínima bola, todo mundo só quer saber a análise do que aconteceu ontem com a inflação ou com a taxa de câmbio.

À Elster, o que está morto e o que está vivo em Marx?

O que está mais vivo em Marx é o materialismo histórico, a visão de longo prazo, a interpretação da história e da ideologia. É indiscutível que se entende

muito melhor a economia e a sociedade com esses instrumentos. Eu estava falando da acumulação primitiva e isso é um negócio extremamente importante. A teoria do valor trabalho, para mim, continua sendo útil, porque ela é *self evident*. O *problema da transformação*⁷ pouco importa. Parece-me tão mais intuitivo e claro que é o trabalho socialmente necessário, incorporado direta e indiretamente, que determina os preços dos bens — depois, é claro, da equalização feita pelo mercado. Por outro lado, sempre fiquei indignado quando ouvia os marxistas se recusarem a usar modelos microeconômicos para entender o mercado. Há seções em Marx em que ele descreve o mercado maravilhosamente bem, mas é evidente que umas curvinhas marshallianas ali dentro facilitariam tudo. Aí dizem: “Ah, você é eclético, não tem remédio”. Mas não creio que eu seja eclético: sou pragmático, uso os instrumentos teóricos que são úteis para compreender uma realidade complexa e sempre em mudança.

Inflação

O ajuste de 1981-1983 foi eficiente para melhorar a balança de pagamentos mas não teve o efeito que se esperava sobre a inflação. Nesse mesmo período, surgem novos diagnósticos sobre a inflação, especialmente a idéia de inflação inercial. O problema no combate à inflação era o diagnóstico?

Sem dúvida uma das causas fundamentais do fracasso repetido dos economistas e políticos brasileiros em controlar a inflação, que ocorreu a partir de 1979, foi o diagnóstico equivocado e, portanto, o desconhecimento quanto às estratégias adequadas para combater esse tipo de inflação. Já antes de 1981, havia indícios grandes de que havia uma inflação inercial no Brasil. Em 1981, tivemos um ajuste fiscal muito forte e uma recessão, no entanto a inflação permaneceu no patamar de 100% ao ano. Em 1983, tivemos uma maxidesvalorização que catapultou a inflação para 200%, apesar de um outro ajuste fiscal, de 1983, ainda mais forte, que provocou uma forte recessão no país.

É claro que os economistas ortodoxos sempre tiveram uma grande dificuldade em compreender essa contradição: inflação e recessão. Considero Pastore um excelente economista. Em 1983, ele era presidente do Banco Central e eu, presidente do Banespa. Fui visitá-lo e dei-lhe meus dois *papers* com Nakano sobre inflação inercial, o básico, sobre os fatores mantenedores, e o de política administrativa para neutralizar a inércia. Um ano depois, no final de 1984, voltei a visitá-lo. Ele, que tinha feito um esforço brutal de ajuste fiscal e de ajuste monetário para controlar a inflação, virou-se para mim e disse: “Bresser, fiz tudo que tinha que fazer contra a inflação e ela não caiu”, naquele tom dramático dele. Aí eu brinquei: “Pastore, não caiu porque você não leu os meus *papers*!”(risos). Ele estava perplexo. Isso me lembra muito uma outra frase do Ibrahim Éris, por volta

⁷ - Como ficou conhecido o problema da conversão de valores em preços, no âmbito da teoria marxista, suscitado pelo trabalho de Böhm-Bawerk (*Karl Marx and the Close of his System*).

de outubro de 1990, no final do Plano Collor, quando a inflação já estava começando a explodir, apesar do maior arrocho monetário. Aí o Ibrahim diz — e sai na *Gazeta Mercantil* na primeira página —: “Não é a economia que está errada, é o mundo!” (risos). Isso era muito parecido com o Pastore, mostrava a perplexidade desses economistas que não tinham tido a oportunidade de estudar até aquela ocasião a teoria da inflação inercial, e em função disso não entendiam o que estava acontecendo e por que as suas estratégias convencionais não funcionavam.

Poderia falar da sua produção teórica sobre inflação?

Em 1979, tive que dar uma aula na GV sobre inflação em um curso noturno do CEAG. Apresentei uma aula que é a base de um artigo que está publicado no primeiro número da *Revista de Economia Política* e também como primeiro artigo do livro *Inflação e Recessão* chamado “A Inflação no Capitalismo de Estado e a Experiência Brasileira Recente” [1980]. Nesse artigo eu misturava as minhas teorias sobre burocracia e sobre Estado, o meu conhecimento de Kalecki, que eu tinha estudado bastante (sempre me julguei um keynesiano-kaleckiano), e o que eu aprendera com o Ignácio Rangel sobre inflação.

Tudo isso eram as coisas velhas, mas, ao mesmo tempo, eu observava o que estava acontecendo no Brasil naquela época, no fim de 1979 ou no começo de 1980. A inflação que não caía em hipótese alguma. Já estava batendo 100% ao ano e não cedia. Então, tive a idéia de explicar aquilo através de um processo defasado de aumento de preços em que as empresas A, B e C aumentavam seus preços defasadamente, repassando seus custos alternadamente.

Uma idéia semelhante à de Taylor⁸?

Pode ser, mas fiz de forma independente. No meu artigo de 1979, estava claramente embutida a idéia da inflação inercial, estava explícita, é uma seção do artigo. Ao mesmo tempo que eu começava a discutir esse assunto, estudava com Yoshiaki Nakano, estudamos muito Marx e Keynes. Propus que fizessemos um artigo sobre a inflação e em 1982 o escrevemos. Discutimos o artigo com muita gente. É a base da nossa visão da teoria da inflação inercial: “Fatores Aceleradores, Mantenedores e Sancionadores da Inflação”. A palavra “inercial” nós não usávamos ainda, usávamos a expressão “inflação autônoma da demanda”. Esse artigo seria apresentado na ANPEC em dezembro de 1983, em que o meu caríssimo amigo Chico Lopes foi debatedor do Nakano, uma vez que eu não pude estar presente. É o momento exatamente em que os meus amigos da PUC, Pérsio Arida, André [Lara Resende], Chico Lopes e [Edmar] Bacha, com os quais naquela época tínhamos pouco contato, estavam também desenvolvendo suas idéias sobre a inércia inflacionária. O ano de 1984 é a meu ver crucial para o desenvolvimento da teoria da inflação inercial. O nosso artigo é de 1983.

⁸ - Veja Taylor (1979) “Staggered Wage Setting in a Macro Model” e Taylor (1980) “Aggregate Dynamics and Staggered Contracts”.

Em 1984, Pécisio e André Lara lançam um artigo⁹ importante.

Sim, em novembro de 1984 o Pécisio e o André apresentam em Washington o artigo que continha a proposta que ficou conhecida como proposta “Larida”. Só que, nesse ano, nós já havíamos publicado o livro *Inflação e Recessão*, colocando todos os artigos que tínhamos escrito sobre inflação inercial, inclusive o artigo “Política Administrativa de Controle de Inflação”, sobre como se acaba com uma inflação de caráter inercial. Acho que o livro marca a transição da nossa visão rangeliana da inflação, que já era um avanço, que é a visão de que a inflação decorre em grande parte do poder de monopólio das empresas, para a visão inercialista da inflação. Com a minha associação com Nakano, o trabalho ganha sistematicidade. Em 1984, André Lara Resende vai para a Argentina comigo em julho e temos enormes conversas...

Antes de lançar aquele artigo na Gazeta Mercantil¹⁰ ?

Sim, o artigo na *Gazeta* é de setembro. *Inflação e Recessão* é o primeiro livro publicado no Brasil sobre inflação inercial. Uma nota em uma das últimas *Revista de Economia Política*¹¹, em que reuni meus artigos de jornal sobre o Plano Real, tem todos esses artigos explicados, datas etc. Pécisio já tinha publicado um pequeno artigo¹² que só recentemente descobri, em que ele colocava as bases dessa idéia da neutralização da inflação via URV. Em 1984, ele volta a escrever alguma coisa nesse sentido e André faz o artigo, que ficaria famoso, na *Gazeta Mercantil*. Em agosto de 84, Chico Lopes propôs o choque heterodoxo, uma pequena nota¹³, um pouquinho depois da nossa proposta do choque heterodoxo, que Yoshiaki e eu chamávamos de “política heróica de combate à inflação”.

Nesse artigo também era proposto o congelamento?

Claro, congelamento, tablita, tudo isso, no antigo “Política Administrativa de Controle de Inflação”, publicado na *Revista de Economia Política* em julho de 1984. Isso quer dizer que o artigo ficou pronto no começo de 1984. Chico Lopes escreveu outro artigo em julho e publicou em agosto, no *Boletim do Conselho Regional de Economia de São Paulo*. Finalmente, no final de 1984, Chico Lopes escreve o melhor artigo que conheço sobre inflação inercial, “Inflação e Hiperinflação: Notas e Conjecturas”, apresentado na ANPEC de 1984, publicado também na *Revista de Economia Política* e depois no seu livro *O Choque Heterodoxo* [1986].

⁹ - Arida e Lara Resende (1984a) “Inertial Inflation and Monetary Reform in Brazil”

¹⁰ - Lara Resende (1984) “A Moeda Indexada: uma Proposta para Eliminar a Inflação Inercial”.

¹¹ - Ver também Bresser-Pereira (1996) “A Inflação Decifrada”.

¹² - Arida (1984) “Neutralizar a inflação, uma idéia promissora”.

¹³ - Lopes (1984) “Só um choque heterodoxo pode eliminar a inflação”.

A palavra inércia já aparecia antes?

A palavra inércia começou a ser usada pelos amigos da PUC. Então eu achei melhor adotá-la, até porque já havia alguns americanos que a haviam usado. Só mais tarde vim descobrir quem era realmente o autor da idéia. Descobrimos por nossa conta, Nakano e eu em São Paulo e, na PUC do Rio, Pérsio, André, Bacha e Chico Lopes e também o [Eduardo] Modiano. Mas já havia alguma coisa feita anteriormente, e o grande iniciador da teoria da inflação inercial realmente foi um economista cubano, Felipe Pazos, que em 1972 publicou por uma editora americana um livro chamado *Chronic Inflation in Latin America*, que ninguém aqui no Brasil havia lido, não sei por que. Era um *hard cover*, de circulação limitada, que eu li só no final da década de 80. Nesse livro não há muita teoria mas está lá a idéia da inflação inercial. E acho que o Mário Henrique Simonsen também foi um pouco um pioneiro quando desenvolveu a idéia da realimentação inflacionária¹⁴, mas ele tentou combinar a realimentação com o monetarismo e com o keynesianismo e ficou uma coisa muito eclética, indefinida. Mas a idéia era muito boa.

A teoria da inflação inercial foi um grande avanço teórico, certamente a coisa mais importante que os brasileiros fizeram em Macroeconomia. Batia com a teoria estruturalista de [Juan] Noyola, [Osvaldo] Sunkel, Anibal Pinto e Ignácio Rangel¹⁵ apenas em uma coisa: a moeda era vista como endógena, e isso é fundamental. Mas o próprio Ignácio Rangel¹⁶ não conseguiu entender a inflação inercial, que era um passo adiante.

Roberto Campos, em A Lanterna na Popa [1994], comenta que o senhor usava algumas expressões esquisitas como congelamento flexível ou aceleração da inércia inflacionária.

“Aceleração da Inflação Inercial” [1989] é um artigo que fiz depois que saí do ministério, mostrando como os agentes econômicos incorporavam a expectativa de aumento dos preços na sua indexação, de forma que não apenas reproduziam a inflação passada, mas colocavam um deita para se precaver contra o crescimento da inflação futura. O que tornava o processo inercial intrinsecamente acelerador da inflação, e não apenas mantenedor.

Depois que eu saí do Ministério da Fazenda, lutei ferozmente através de entrevistas e artigos a favor de uma solução definitiva para a inflação inercial existente no Brasil. Fiquei muitas vezes indignado, algumas vezes com a falta de coragem, outras com a incompetência, daqueles que tentavam fazer planos de estabilização. Eu estava convencido de que para acabar com a inflação no Brasil era necessário uma estratégia que levasse em conta a inércia e que a neutralizasse. Isso

¹⁴ - Simonsen (1970) *Inflação: Gradualismo versus Tratamento de Choque*.

¹⁵ - Rangel (1963) *Inflação Brasileira*.

¹⁶ - Rangel (1989) “Sobre a Inércia Acelerada”.

poderia ser feito de uma maneira simples, mas não tão elegante, que é o congelamento com tabelas de conversão, que só deu certo no México e em Israel. Ou então o sistema que o Pérsio e o André haviam desenvolvido e que acabou sendo adotado: a URV. E que é, a meu ver, uma das idéias mais geniais e mais extraordinariamente bem-sucedidas de que se tem notícia em um plano de estabilização. Os brasileiros devem muito a esses dois jovens.

O que é um plano heterodoxo?

Muitas vezes, vejo a palavra heterodoxia ser identificada com populismo — isso é ridículo! Heterodoxia é toda política macroeconômica que não está baseada simplesmente em ajuste fiscal e monetário. O bom economista *policy maker* é normalmente ortodoxo, mas quando surgem problemas excepcionais que a ortodoxia não resolve, ele precisa ter a coragem de buscar as soluções heterodoxas que cabem naquele momento. Isso não tem nada a ver com populismo. Pensar que um bom economista é simplesmente aquele que põe taxas de juros altas, controla a moeda, o câmbio, os juros, controla o déficit público, ou seja, segue o livro-texto, é ignorar que o processo econômico é um processo político em que há uma série enorme de restrições, frente às quais é necessário agir competentemente.

Uma vez fiz um levantamento dos doze planos de estabilização que fracassaram no Brasil¹⁷ antes do Plano Real, entre 1979 e 1992. A grande maioria foi ortodoxa. Houve alguns heterodoxos. O único heterodoxo para valer, além do Plano Real, que é o décimo terceiro, foi o Plano Cruzado.

E o seu Plano de Consistência Macroeconômica e o Plano Bresser, não foram heterodoxos?

O Plano Bresser foi heterodoxo, mas foi um plano pela metade, foi um plano *band-aid* que tinha que ser completado. As diretrizes do que tinha que ser feito estavam no Plano de Consistência Macroeconômica. Como não havia condições políticas para fazê-lo, saí do ministério. O Plano Bresser — foi assim que o congelamento de 1987 ficou sendo chamado — devia ser completado com um segundo choque e com ajuste fiscal, em um momento em que os preços relativos estivessem mais equilibrados. Nesse momento, os desequilíbrios decorrentes apenas dos aumentos defasados poderiam ser corrigidos com tablitas de conversão. Discutimos também naquela época a idéia da “OTNização”, que corresponderia à URV, mas estávamos mais inclinados ainda pelo congelamento, dado o receio de Chico Lopes e Yoshiaki de que a “OTNização” resultasse em hiperinflação.

Qual é o elo comum do malogro de todos os planos?

Na análise dos doze planos, a conclusão mais geral a que chego é de que a causa fundamental do fracasso desses planos não foi em absoluto a falta de apoio dos políticos: foi a incompetência dos economistas. Economistas que não foram capazes de entender que havia inércia quando a inércia já era fundamental. Isso

¹⁷ - Bresser-Pereira (1992) “1992 — Estabilização Necessária”.

vale para os quatro planos anteriores ao Plano Cruzado. No caso desse plano, houve incompetência populista não dos seus autores, mas dos seus implementadores. Depois, todos os outros planos, sem exceção — o meu fica de fora, claro que nunca vou dizer que falhou por falta de competência (risos) —, revelaram um grande desconhecimento de inércia inflacionária e pouca capacidade de fazer um ajuste fiscal.

Em seu prefácio à obra de Rangel, A Inflação Brasileira [1963], o senhor coloca três momentos paradigmáticos no diagnóstico estruturalista da inflação. Primeiro a CEPAL, com o conceito de estrangulamento da oferta; depois o de Rangel, mostrando o caráter endógeno da moeda; e finalmente a inflação inercial, mostrando o componente autônomo da inflação. Não se está “reinventando tradição”¹⁸?

Se há reinvenção, é no bom sentido. Acho que as idéias não nascem do nada, e acho que uma idéia absolutamente central na teoria da inflação inercial é o caráter endógeno da oferta de moeda. Isso é fundamental, não há teoria da inflação inercial sem o caráter endógeno. Isso já está em Rangel. E, na verdade, isso já está nos estruturalistas antes de Rangel, só que Rangel foi mais claro e mais preciso. Portanto, sem essa perspectiva da endogeneidade, é impossível a teoria da inflação inercial. A teoria inversa é aquela em que o aumento da quantidade de moeda é a causa da inflação. Existe uma teoria keynesiana que acho respeitável mas limitada aos casos de excesso de demanda. E existe a teoria das expectativas racionais, que é ridícula, porque tudo acontece por meio de expectativas auto-realizadoras, não existe um mecanismo. No esquema keynesiano pelo menos existe um mecanismo, aumenta a quantidade de moeda, baixa a taxa de juros, aumenta a demanda, aumentam os preços. Já no modelo expectacional, aumenta a quantidade de moeda e aumenta o preço por obra e graça das expectativas, ou do Espírito Santo, que é a mesma coisa. (risos).

Eu me considero um economista neo-estruturalista, ainda que seja difícil definir o que seja isso. Toda economia estruturalista tem uma enorme desconfiança de conceitos como credibilidade e expectativas. Eu sei que Keynes achava extremamente importantes as expectativas, claro que são, especialmente quando elas implicam incerteza. Mas é extremamente perigoso substituir os fundamentos macroeconômicos por expectativas, explicar tudo o que acontece na economia em função das expectativas e da credibilidade, e não em função do fenômeno real que está acontecendo: o equilíbrio do sistema econômico, dos preços relativos, da balança comercial — esses equilíbrios fundamentais da economia, que é o que realmente importa.

A teoria da inflação inercial vai diretamente contra a teoria das expectativas racionais. Nós dizemos que a inflação é autônoma e aumenta em função da inflação passada, dentro de um processo de conflito distributivo em que os agentes

¹⁸

- Uma das regras de retórica elencadas por Arida (1984a) “A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica

econômicos querem pelo menos manter, senão aumentar, sua participação na renda. Na inflação inercial pura, o agente econômico quer simplesmente manter a sua participação na renda. É meramente um processo de reequilíbrio permanente de preços relativos. Os agentes econômicos fazem isso racionalmente, tratando de aumentar os seus preços em função da inflação passada. Esse tipo de comportamento está baseado na expectativa de que a inflação passada vai se repetir, ou até se acelerar. Há uma coisa básica: as expectativas mudam facilmente, mas as decisões não. Por isso, o importante são as decisões; as expectativas são menos importantes.

Na teoria monetarista expectativista, exemplarmente colocada naquele artigo do Sargent¹⁹ sobre o fim das hiperinflações, se se muda o regime de política econômica e se convencem os agentes econômicos de que mudou, a inflação cai automaticamente. Nós dizemos: “Isso é ridículo!” A inflação não cai se mudou o regime de política econômica e mostrou-se que agora se vai ser austero do ponto de vista fiscal e monetário mas não se consertou os desequilíbrios de preços relativos defasados. As hiperinflações européias, que Sargent examinou, não foram resolvidas só por causa da mudança das expectativas, mas porque o desequilíbrio de preços relativos havia sido neutralizado pela hiperinflação. Nesse momento, a âncora cambial funcionou. Por isso tenho restrições à autonomia das expectativas na teoria econômica, porque isso faz com que o mundo dependa de expectativas, de credibilidade, etc., quando na verdade depende estruturalmente de coisas concretas como a necessidade de cada um tem de manter a sua participação na renda.

E por isso também que fico indignado com o que aconteceu no México. O presidente Salinas assumiu o governo e, seis meses depois que o Plano Brady foi anunciado, em agosto de 1989, o México já estava assinando o seu *term sheet*, o seu protocolo com os bancos nos termos do Plano. Eu, Jeffrey Sachs, Robert Devlin, que é outro grande entendedor de dívida externa, ficamos todos indignados porque achávamos que o Plano Brady estava na linha correta, na linha das propostas que fiz quando ministro da Fazenda, de securitizar a dívida, ou seja, dar um desconto para a dívida e desvincular, parcialmente, o FMI dos bancos na negociação. O Plano Brady propôs exatamente isso. Quando foi anunciado, nós três escrevemos artigos saudando-o, mas dizendo que o desconto que estavam oferecendo era muito pequeno.

No entanto, o México fez um acordo correndo, recebendo um desconto ridículo e que, com a queda posterior da taxa de juros, foi para zero. Nós criticamos: “Que acordo é esse?”. Veio a resposta: “De fato, o desconto foi pequeno, mas em compensação criou confiança”, promoveu *confidence building*, criou credibilidade, *credibility*, que é mais bonito em inglês. Fiquei indignado; acho que o que interessa são os fundamentos reais da economia; a credibilidade e a confiança são, digamos, enfeites do bolo, mas não o bolo. Jairo Abud, meu ex-

¹⁹ - Sargent (1982) “O Final de Quatro Hiperinflações”.

orientando, fez uma tese de doutoramento²⁰, antes da crise do México, criticando a Macroeconomia utilizada. O México entrou em uma profunda crise a partir de dezembro de 1994, em função exatamente dessa política de *confidence building*, que a meu ver é a expressão moderna e marota do velho entreguismo.

É *confidence building* junto a quem? Junto ao governo americano e às agências internacionais de Washington, e junto a Nova Iorque, ou seja, ao sistema financeiro internacional. Ora, se supusermos que os interesses nacionais do México — ou do Brasil ou do Afeganistão, não importa — estão perfeitamente identificados e expressos nas políticas propostas por Washington, eu não teria nada contra o *confidence building*. Agora, se houver alguma dúvida a respeito desse assunto, então é melhor que nós nos precavemos. Em segundo lugar, se supusermos que os banqueiros e financistas de Nova Iorque são a cristalização da racionalidade macroeconômica universal, então eu não tenho nenhuma objeção contra o *confidence building*, mas se tivermos dúvidas sobre esse ponto, então... Fazer o que o México fez — manter a taxa de câmbio, por exemplo, para manter a confiança de Nova Iorque, ou fazer o acordo da dívida externa para manter a confiança de Washington — foi profundamente contra os interesses do México e os fundamentos macroeconômicos nacionais. As duas coisas estão relacionadas com o abuso que houve das idéias de credibilidade, confiança e expectativas.

Existe diferença entre a abordagem dos inercialistas paulistas, basicamente a sua e de Yoshiaki Nakano, e a dos inercialistas cariocas, especialmente o grupo da PUC-RJ?

Olha, há uma diferença: os inercialistas do Rio tinham feito PhD mais recentemente nos Estados Unidos. São brilhantes economistas, da melhor qualidade. Especialmente os artigos do Pérsio [Arida] e do André [Lara Resende] dão uma importância às expectativas e ao aspecto monetário maior do que nós damos. Nós enfatizamos mais o caráter endógeno da moeda. Por outro lado, acho que as posições do Chico Lopes são muito parecidas com as nossas.

Alguns estudos propõem um teste empírico para a inflação inercial. Ana Dolores Novaes fez um artigo no Journal of Development Economics [1993], onde ela não encontra evidências robustas da existência de inflação inercial. O problema está no teste ou no modelo?

Os americanos dizem que *the proof of the pudding is eating*. Os testes econométricos eu respeito, mas eles não são o *eating*. *Eating* é fazer o Plano Real e acabar com a inflação usando rigorosamente o diagnóstico inercialista. Rigorosamente, não se congelou preço nenhum, simplesmente fez-se a URV e depois uma âncora cambial em cima dela, e deu certinho. Acho que não existe prova maior do caráter inercial da inflação brasileira e da adequação de uma política que responda a isso do que o Plano Real. Como foi antes o Plano Cruzado.

²⁰ - Abud (1996) *Dívida Externa, Estabilização Econômica, Abertura Comercial, Ingresso de Capitais Externos e Baixo Crescimento Econômico: México, 1989-1993*.

Se não tivesse perdido controle da demanda por puro populismo, teria dado certo. No México, um congelamento baseado na teoria inercial foi feito e deu certo; em Israel, em 1985, também. Eu conheço o artigo da Ana Dolores e acho um equívoco.

Há uma coisa que me desanima às vezes: a resistência dos economistas à evidência empírica é dramática. A coisa que mais me irrita é este debate infinito, que existe na academia, se política econômica é eficaz ou não, se deve haver política econômica ou não. Segundo Lucas, a Macroeconomia está esgotada porque já realizou todas as suas tarefas, já mostrou tudo. E essa Macroeconomia neoclássica, desfigurada, prova por A mais B que não é possível política econômica. No entanto, vejo uma quantidade imensa de economistas dirigindo as economias dos Estados Unidos, da Alemanha, da França, do Japão, do Brasil, da Argentina, do México, da Índia, da Tailândia, de Cingapura, da África do Sul, fazendo política econômica. Segundo a Macroeconomia das expectativas racionais, esses economistas devem ser uns cretinos completos. E os governantes que empregam esses economistas deveriam ir para um asilo de loucos.

Há um argumento tão vitorioso quanto absurdo na academia americana: política econômica é perfeitamente dispensável. É impressionante como as pessoas, em Economia, se deixam levar pela ideologia. Eu acredito no caráter relativo do pensamento econômico. Do relativismo deve derivar um certo pragmatismo, e o pragmatismo significa respeitar a realidade, respeitar as pesquisas, as evidências e não ter visões nem totalmente para o mercado, nem para o Estado, que é a briga ideológica mais comum. Não ter posições que no fundo reflitam preconceitos ideológicos arraigados, ou preconceitos teóricos também arraigados. Chega alguém e diz: “Eu sou de esquerda mas sou neoclássico”. Ótimo que ele seja de esquerda — entre a esquerda e a direita, eu certamente fico com a esquerda. Mas nesse caso não é esquerda e direita que viraram religião, é ser neoclássico que virou dogma. Como o outro que diz: “Eu sou keynesiano e ponto”. Ele pode ser tanto de direita quanto de esquerda, mas tem que ser keynesiano, porque é a bandeira dele. Agora ser pós-keynesiano virou moda na esquerda — acho isso um absurdo! Essas etiquetas em cima da gente...

Acho impossível entender Economia sem a imensa contribuição que os economistas neoclássicos deram, sem a imensa contribuição dos marxistas e dos clássicos antes de Marx. E acho impossível entender Economia sem Keynes e Kalecki. Mas, de repente, só aceitar uma ou outra teoria é empobrecedor e emburrecedor.

Método

Qual o papel do método na pesquisa econômica?

Acho que é impossível fazer pesquisa econômica e, antes disso, teoria econômica, se não se pressupõe o método que se utiliza. O método usado pelos economistas geralmente não é discutido por eles. Muitos lêem aquele artigo

clássico de Friedman²¹ e pensam que estão usando o método positivista. Na verdade, o que os economistas usam, fundamentalmente, é o método lógico-dedutivo.

É radicalmente lógico-dedutivo porque a ciência econômica — ou, mais especificamente, a Microeconomia, neoclássica, na qual se encontra o modelo do equilíbrio geral — é uma ciência rigorosamente lógico-dedutiva. É a única ciência substantiva, a única que trata da realidade concreta e não do método, e é inteiramente lógico-dedutiva. Na Física — essa ciência “de segunda” (risos) —, na Biologia, não se pressupõe que os átomos e as células sejam racionais. Já os economistas neoclássicos pressupõem a perfeita racionalidade do agente econômico. A partir desse pressuposto heróico, o método usado pelos economistas é radicalmente, violentamente e às vezes escandalosamente lógico-dedutivo. Eles dizem que vão verificar na prática, que vão fazer pesquisa etc. De vez em quando fazem, mas toda vez que fazem pesquisa e ela não bate vão dizer que é a realidade que está errada. O que é verdade, a partir desse pressuposto e do pressuposto adicional da concorrência perfeita.

Tenho sempre dito que a Microeconomia e o modelo de equilíbrio geral que dela deriva são um grande avanço da ciência econômica, mas que é preciso também ter um ramo da ciência econômica autônoma da Microeconomia, que seja fundamentalmente histórico-indutiva. Também lógico-dedutiva — sempre há uma alternância entre um e outro método —, mas principalmente histórico-indutiva. E esse ramo da ciência existe, na verdade são dois: a teoria do desenvolvimento econômico, a clássica, que vem de Adam Smith, passa por Marx, Schumpeter e pelos estruturalistas latino-americanos, e é uma teoria do desenvolvimento histórico-indutiva; e há a teoria macroeconômica keynesiana, que é também histórico-indutiva. Depois pode-se buscar *ad hoc* microfundamentos e montar também um raciocínio lógico-dedutivo; não tenho nenhuma objeção a isto. Mas essa aspiração de certos economistas neoclássicos, ou de muitos, de buscar “o” microfundamento da Macro e reduzir a Macro à Micro, é mera arrogância. Arrogância como a dos marxistas que queriam reduzir a Economia ao marxismo, e de alguns keynesianos que queriam reduzir a Economia ao keynesianismo. Quer dizer, se a física não consegue ter um modelo único, por que os economistas irão tê-lo? É verdade que, a partir da teoria do equilíbrio geral, a Economia é uma ciência muito mais avançada do que a Física (risos), mas talvez alguém tenha dúvidas a respeito!

O que o senhor está chamando de micro fundamentos?

Microfundamento é afirmar que o homem é um animal racional e que maximiza os seus interesses. E a partir daí você pode perfeitamente montar o modelo de equilíbrio geral sentado na sua *armchair*. Já em Macroeconomia, usar um método desses é ridículo! Faça uma comparação entre os livros-texto de Micro

²¹ - Friedman (1953) “The Methodology of Positive Economics”.

e de Macro publicados no começo dos anos 90 e os publicados nos anos 50. Os de Macro são completamente diferentes, os de Micro são muito parecidos. A única coisa que aconteceu foi que se acrescentou a teoria dos jogos, que aliás abriu um belíssimo campo de indeterminação para a Economia, porque agora se tem microfundamentos que não são determinísticos; para os problemas não há uma única solução, há decisões. A maravilha da teoria dos jogos é que recuperou a idéia de decisão, que era uma idéia que existia exclusivamente na área da administração de empresas. Decisão é uma escolha entre alternativas em uma situação de incerteza, que na economia neoclássica tradicional não existe.

A teoria dos jogos, ao supor que os agentes tomam decisão estrategicamente, ataca ou reforça os argumentos neoclássicos?

Acho que ela obriga o pensamento neoclássico a se repensar, porque realmente acaba a idéia da única solução certa. [Frederik] Taylor também tinha a única solução certa para os métodos de trabalho, e os neoclássicos tinham a única solução certa para os equilíbrios: a maximização. E agora não é assim, é todo um jogo estratégico em que as decisões são tomadas em função de outros atores. Isso abre um espaço de indeterminação, a meu ver bastante amplo, que merece um estudo maior e que certamente torna os economistas menos arrogantes.

Qual o papel da Matemática na pesquisa econômica?

Em geral, o que vemos é que quem sabe muita Matemática geralmente sabe pouca Economia. Agora, saber Matemática ajuda muito, não só a raciocinar, a montar modelos, como também a ser respeitado. Até desconfio que ajuda mais a ser respeitado do que a montar modelos, porque os modelos de repente vão ficando ridículos. Por exemplo, quando Nakano e eu desenvolvemos a teoria da inflação inercial, não o fizemos com matemática complicada. Desenvolvemos um modelo simples baseado na observação dos fatos. Hoje há modelos e mais modelos matemáticos complicados em cima daquelas idéias simples. Não sei bem para quê.

E os testes econométricos?

Os testes econométricos eu já acho mais respeitáveis, porque é importante que haja pesquisa empírica em Economia. É muito diferente do uso abusivo da matemática. Na verdade, os testes econométricos foram desmoralizados pela teoria das expectativas racionais. Porque quando se tem expectativa racional, o teste econométrico é uma indicação de desvio, o que é um absurdo. Mas as expectativas racionais e essas idéias de credibilidade estão em baixa. Espero que as pessoas comecem a perceber que o fundamental são os fundamentos macroeconômicos e não credibilidade. Se ninguém percebeu isso teoricamente, espero que o México tenha deixado isso dramaticamente demonstrado.

E quanto à força de retórica da matemática e o papel da retórica na Economia?

Veja, o que aconteceu em Economia, ou nas ciências de um modo geral, foi um processo muito simples. No final do século passado, o neopositivismo dominava amplamente. Aí aconteceram duas coisas: aconteceu o Einstein e a física quântica. Em consequência, o neopositivismo filosófico entrou em crise. Como resposta a isso, no campo especificamente metodológico, chegou Popper com a sua teoria do falsificacionismo, que era uma forma de se manter fiel ao positivismo, mas ao mesmo tempo era uma forma de destruí-lo. Esses fatos abalaram todo o sistema positivista. Em 1960, surge Kuhn e uma grande revolução metodológica: ele, que não era sociólogo, que não era filósofo, era cientista, físico e, portanto, acima de qualquer suspeita, escreve uma obra-prima, *A Estrutura das Revoluções Científicas* [1962]. Eu acho que é o livro mais importante de metodologia que foi feito neste século, em que ele mostra que a verdade científica era aquela que a comunidade científica aceitava como tal. Essa é a idéia fundamental de Kuhn.

Inicialmente, essa visão provocou muita reação, mas aos poucos foi se tornando um dado de realidade, criou-se um consenso a respeito. O método científico continua válido, a honestidade e o rigor continuam sendo coisas extremamente importantes para se fazer pesquisa científica. Mas o que vale, em última análise, é a aceitação da comunidade científica. Isso assentado, é óbvio que estava aberto o espaço para a retórica, porque a retórica não é outra coisa senão a arte de convencer a comunidade científica de que aquilo é verdade. E foi por isso, provavelmente, que Pérsio Arida e McCloskey escreveram em 1983, simultaneamente, duas obras-primas, que são os seus artigos sobre esse assunto²². A importância atual da retórica é apenas uma decorrência das conclusões de Kuhn.

Como o senhor vê o recolhimento de depoimentos para recuperar a história do pensamento econômico? Como o senhor analisa a técnica de entrevista como metodologia de pesquisa?

O recolhimento de depoimentos me parece uma forma muito importante de fazer um balanço da situação daquela disciplina, naquele momento, e de um pouco da sua história. Vejo isso menos como um exame da história do pensamento, e mais como um levantamento, uma fotografia, uma perspectiva histórica de curto prazo, que é a nossa vida, do que aconteceu. E é interessante porque vemos um conjunto de pessoas inteligentes falando sobre coisas mais ou menos semelhantes. Aí se descobre que, no meio dos conflitos, que foram grandes em certos momentos, existem certas identidades. Especialmente se vocês escolherem bons economistas, e acho que vocês escolheram.

²² - Arida (1984a) "A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica". McCloskey (1983) "The Rhetoric of Economics".

Tanto [Affonso Celso] Pastore quanto [Edmar] Bacha afirmam que não existiria um pensamento econômico nacional. O que o senhor acha?

Eu acho que a contribuição teórica que os brasileiros deram ao pensamento econômico é limitada, o número de economistas é limitado. Mas acho que temos algumas contribuições: existem as contribuições iniciais nos anos 50 do estruturalismo sobre o desenvolvimento econômico. Os nossos dois principais economistas nessa área são Furtado e Ignácio Rangel. E não se pode esquecer a contribuição de Fernando Henrique [Cardoso], Conceição Tavares e Antonio Barros de Castro para a tese da nova dependência. Depois nós temos as teorias de inflação, que começam com Ignácio Rangel e têm seu coroamento na teoria da inflação inercial, com [Mário] Simonsen, [Edmar] Bacha, André [Lara Resende], Pérsio [Arida], Chico Lopes e [Yoshiaki] Nakano. A meu ver, foram essas duas as contribuições mais importantes que os economistas brasileiros deram à teoria econômica. Não sei se existe algum terceiro ponto.

Hegemonia Ideológica e Colonialismo Acadêmico

Qual o papel da ideologia na economia?

Se a retórica é uma coisa muito importante, também é importante voltar a discutir o problema da hegemonia ideológica: uma coisa que está fora de moda, porque o marxismo está fora de moda, o que é ridículo. A contribuição marxista é uma contribuição fundamental para a humanidade, especialmente o materialismo histórico. Então, o que se vê dramaticamente no mundo hoje é que o poder retórico dos Estados Unidos, da universidade americana, é um poder muito superior aos demais poderes retóricos, porque tem mais capacidade de convencer. O movimento conservador decorrente da crise do Estado levou a um fortalecimento muito grande da perspectiva neoclássica, da escolha racional, da escola austríaca, enfim, de toda uma série de idéias extremamente conservadoras que ficaram retoricamente mais fortes. Tomaram conta da universidade americana e influenciaram o resto do mundo, já que ela é de longe a melhor universidade que existe hoje.

Somos colonizados academicamente?

Sem dúvida, nós aqui no Brasil somos vítimas do famoso complexo de inferioridade colonial. A coisa que eu estou mais acostumado a ver são resenhas de determinados assuntos em que os autores brasileiros são rigorosamente esquecidos. Acabei de ler uma grande resenha escrita por um autor brasileiro sobre o sistema soviético, em dois artigos na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Não havia uma referência a um autor brasileiro. Eu escrevi muito sobre isso nos anos 70, montei uma teoria do modo estatal ou tecnoburocrático de produção e apliquei à União Soviética. É uma teoria original, que debate com todos os autores mais importantes

da época. Escrevi dois livros²³, vários artigos sobre o assunto. E, todavia, nenhuma referência! Mas isso é comum. Os nossos alunos vão fazer doutorado e citam os autores americanos sobre assuntos que os brasileiros trabalharam antes. O caso da inflação inercial é típico.

O problema da hegemonia cultural dos Estados Unidos, de uma perspectiva neoclássica, monetarista, de escolha racional, tem que ser considerado muito seriamente. As pessoas esqueceram essas idéias e não se precavêem contra elas. E aí surge um problema muito interessante: a vontade de competir, que é legítima, com a universidade estrangeira, e de por ela ser aceito, leva muitas vezes o brasileiro a deixar que a agenda da discussão seja determinada por eles.

Há uma perspectiva populista em matéria cultural quando dizem “nós brasileiros, latino-americanos, vivemos em um país subdesenvolvido, temos universidades pobres, mal pagas, não temos tempo para pesquisar, logo é razoável que nós façamos uma ciência menor”. Fico indignado, é caso de polícia, quando alguém fala ou pensa isso. Se nós exigimos dos nossos industriais que compitam com os industriais do resto do mundo, por que nós intelectuais também não temos que fazer a mesma coisa? Agora, não dá para aceitar a agenda deles. Os assuntos que são relevantes para nós não são os mesmos que são relevantes para eles. Nem sempre os princípios deles são bons para nós, na verdade muitas vezes não são bons nem para eles. A quantidade de bobagens que já fizeram nos seus próprios países! O que de bobagem fazem nos Estados Unidos! A desgraça que foi para os Estados Unidos o governo Reagan e a política econômica executada naquela época é uma coisa terrível! E os inúmeros planos de estabilização que o FMI aconselhou ao Brasil, todos rigorosamente equivocados!

Quando eu viajava para os Estados Unidos, desde a primeira vez, em 1960, ia precavido. Quando o meu avião estava baixando, pensava: “Estou chegando na terra da verdade, aqui eles sabem tudo e definem a agenda”. Eu ia armado com o instrumental nacional-desenvolvimentista do ISEB, que era bastante desenvolvido teoricamente, que eu tinha aprendido com Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Ignácio Rangel, Celso Furtado e, em menor grau, com Caio Prado Júnior. Hoje, na verdade nesses últimos sete, oito anos, já não chego mais aos Estados Unidos com essa atitude de defesa. Tenho hoje a clara noção da fraqueza dos americanos. Eles são tão fracos quanto nós, têm problemas e dificuldades muito semelhantes aos nossos. Porém, a maioria dos nossos economistas não percebe que eles são fracos e nem se precavêem contra eles, se entrega. E isso é um desastre, é um desastre retórico. Hoje eu discuto com qualquer economista americano de igual para igual. Há coisas que lhes interessam e a mim não. Não quero ficar competindo em publicar artigos apenas nos *journals* americanos, quero competir fazendo uma Economia que explique o Brasil, e o Brasil no mundo, tão bem ou melhor do que eles. E isso sou

²³ - Bresser-Pereira (1972a) *Tecnoburocracia e Contestação* e Bresser-Pereira (1981a) *Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia*.

capaz de fazer, nós brasileiros somos capazes de fazer. Então, nada de ficar com complexo de inferioridade.

Desenvolvimento Econômico

Qual é a sua concepção de desenvolvimento econômico?

Desenvolvimento econômico para mim é um processo histórico de acumulação de capital, incorporação de progresso técnico e aumento sustentado da renda por habitante. E as discussões relevantes a respeito de desenvolvimento econômico são: quais as causas do subdesenvolvimento e quais as estratégias para superá-lo? Quando era jovem, aprendi que a causa fundamental do subdesenvolvimento, e o meu primeiro aprendizado foi equivocado, era o imperialismo, particularmente o imperialismo inglês do século XIX. Na verdade, as origens do subdesenvolvimento brasileiro estão situadas na colônia e não no império. Meu livro *Economia Brasileira, Uma Introdução Crítica* [1986a], é um ensaio didático que discute esse assunto. A meu ver, o tipo de colonização a que o Brasil foi submetido, do tipo exploração capitalista, em que a existência de uma área complementar à Europa, do ponto de vista de clima e solo, levou ao subdesenvolvimento brasileiro. No norte dos Estados Unidos, por exemplo, se fez uma colonização do tipo povoamento, surgindo uma sociedade semelhante àquela existente na Inglaterra na mesma época. Isso deu base para um processo de desenvolvimento muito grande. Em 1800, em dólares de 1950, a renda *per capita* da Europa e dos Estados Unidos era mais ou menos quatrocentos ou quinhentos dólares, e a brasileira cinquenta!

Por que eu tomei 1800? Porque 1800 é exatamente o fim do período colonial e o começo do imperialismo britânico e do modelo exportador. Se isso é verdade, o subdesenvolvimento brasileiro já estava definido em 1800. O subdesenvolvimento era um fenômeno que vinha da colônia. Quando o país se torna independente e entra o café, o Brasil passa a se desenvolver a taxas bastante elevadas. No *Formação Econômica do Brasil* de Furtado [1959] se encontra isso muito claramente. A origem do subdesenvolvimento, a meu ver, é uma coisa anterior, é um tipo de colonização que tivemos nos séculos XVI, XVII e XVIII. É a colonização tipo *plantation* e de mineração, com mão-de-obra pouco qualificada.

Aí vem o segundo problema: como é que se sai do subdesenvolvimento? Podem-se fazer muitas teorias, mas não existe muito mistério a respeito disso. Pode-se pensar em termos institucionais e em termos, vamos chamar, tecnológico-educacionais. O segundo termo é o óbvio ululante: quanto mais educação e tecnologia embutida nas pessoas, quanto mais se educar e educar tecnologicamente, maior o desenvolvimento. Hoje está absolutamente reconhecido, verificado: o retorno do investimento em educação e tecnologia é imenso.

Aí entra a questão institucional.

Claro! Que tipo de instituição se usa para isso? Existe uma teoria geral: precisa haver um sistema que respeite os direitos de propriedade. Existe toda uma teoria institucionalista conservadora nesse momento. Douglass North, entre outros, diz que o segredo de todo o desenvolvimento é respeitar o direito de propriedade. É óbvio que é. Sem direito de propriedade não tem mercado, sem mercado não tem capitalismo, sem capitalismo não há desenvolvimento. Num curso de Desenvolvimento Econômico, resolvi pegar o excelente texto de Douglass North e comparar com o texto de Celso Furtado²⁴, escrito trinta anos antes, e eram incrivelmente parecidos. Só que Celso Furtado não dava ênfase ao problema do direito de propriedade. Dava ênfase às instituições comerciais baseadas nesse direito. É fundamental que os comerciantes e industriais tenham seguras suas propriedades e seus contratos, senão não há a possibilidade de desenvolvimento econômico.

E o Estado, qual é seu papel?

O papel do Estado é só garantir a propriedade e os contratos? Isso é tolice. Essa é a condição *sine qua non*. Se o Estado não garantir a propriedade e os contratos, não tem desenvolvimento. Mas ele pode fazer mais. O que se percebe é que o Estado, quando vai produzir na área econômica, é ineficiente, e é mesmo. O setor privado é muito mais eficiente, flexível, muito mais criativo, porque muito menos controlado. O Estado, por definição, tem que ser altamente controlado para se evitar corrupção, nepotismo etc. Quando o empresário capitalista está usando o seu próprio dinheiro, não há muito problema quanto à corrupção e ao nepotismo. A grande contribuição que o Estado realiza, a fundamental contribuição, é muito pouco citada na literatura: o Estado promove poupança forçada e eleva a taxa de acumulação, através de impostos e monopólios — isso é que é o fundamental. Foi o que aconteceu por exemplo na telefonia, no petróleo e na energia elétrica.

Entretanto, há certos momentos em que a capacidade do Estado de realizar poupança forçada desaparece ou torna-se estrategicamente menos importante. Depois da etapa da acumulação primitiva, é necessário que os investimentos produzam. Na União Soviética, por exemplo, havia taxas de poupança de 35%. Mas, a partir dos anos 60, o país não crescia, porque usavam mal os recursos. Esse papel de promover a poupança forçada é fundamental no período da acumulação primitiva. Quem não leu o capítulo do Marx²⁵ sobre acumulação primitiva não sabe o que está perdendo. É um capítulo fundamental na história do pensamento econômico. Agora, quando terminou a acumulação primitiva, quando os capitalistas já estão dotados de um nível de capacidade de acumulação própria razoavelmente elevado, torna-se cada vez mais difícil legitimar o Estado realizando poupança em nome dos capitalistas. Isso, mais as distorções decorrentes do mau uso de recursos,

²⁴ - North (1991) "Institutions". Furtado (1961) *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*.

²⁵ - Marx (1867) *O Capital*, vol. 1, cap. XXIV.

faz com que o Estado perca a sua capacidade, não apenas econômica, mas política de realizar poupança forçada.

E é ao que nós estamos assistindo hoje. Quando isso acontece, a acumulação tem que passar a ser realizada pelo setor privado. É por isso que aquele clássico trabalho do Gerschenkron²⁶ mostra que o papel do Estado é fundamental nas fases iniciais do desenvolvimento, que é justamente o momento em que se tem de fazer a acumulação. Depois o papel do Estado continua fundamental, mas em pontos mais específicos, de promoção de educação, saúde, tecnologia e o comércio exterior, e não em um processo generalizado de intervenção, como é próprio das fases iniciais de desenvolvimento.

Quanto à mudança do papel do Estado, que comparações podemos fazer entre a política econômica dos tigres asiáticos e a dos países da América Latina?

O Brasil, até 1980, crescia a taxas semelhantes às da Coreia e de Taiwan, que começaram a crescer nos anos 60. O Brasil vinha crescendo há mais tempo. A grande diferença ocorre a partir de 1980, quando o Brasil estagna em termos de renda *per capita*. Isso nunca havia acontecido na história do Brasil desde que é um país independente, desde que há estatísticas razoáveis. Enquanto isso, Coreia e Taiwan continuaram a crescer. Por quê? Qual é o motivo fundamental? O motivo fundamental é que o Brasil, nos anos 80, como toda a América Latina, entrou em uma grande crise, a crise do Estado. O mesmo aconteceu no Leste europeu e, em menor grau, no Primeiro Mundo. Na África nem se fala, aquilo é uma crise crônica da qual não se sai.

A única região que não passou por nenhuma crise do Estado e fez a transição de um Estado mais interventor para um Estado mais regulador, nesse período, sem nenhum trauma, foi a do Leste e Sudeste asiáticos, ou seja, o Japão e principalmente a Coreia, Taiwan, Hong Kong e Cingapura. Mais recentemente temos a China e os novos países do Sudeste asiático, que estão se aproveitando de uma onda de investimentos sem crise do Estado.

Por que eles não tiveram crise do Estado?

A meu ver, o motivo fundamental é que os economistas ou os tecnocratas orientais jamais adotaram uma política populista, jamais fizeram uma leitura populista de Keynes. Na América Latina isso foi feito da maneira mais escrachada. Eu me lembro inclusive de conversar com dirigentes dos países orientais, nos anos 80, quando eu era ministro da Fazenda, e eles diziam que a disciplina fiscal era absolutamente essencial porque era a forma de garantir a autonomia do Estado e do governo. Eles tinham isso muito claro e nós, não. Nós aqui entramos em crise fiscal, deixamos que a pressão da sociedade atuasse sobre o Estado a ponto de cedermos a ela, porque achávamos que isso aumentava a demanda agregada, estimulava o investimento — uma tolice, uma confusão entre o curto e o médio

²⁶

- Gerschenkron (1962) *Economic Backwardness in Historical Perspective*.

prazo, que deve estar revoltando Keynes na sua cova. Eu escrevi há alguns anos um artigo²⁷ defendendo Keynes contra os populistas, junto com Fernando Dall'Acqua.

Num contexto de globalização, o senhor acha que os países tendem a convergir para uma performance econômica e nível de bem estar homogêneos?

Isso é um processo de longuíssimo prazo. O que estamos vendo no mundo é a globalização. A globalização é um aumento brutal do comércio, das comunicações e das imigrações, porque o transporte ficou muito barato, não só de coisas mas também de pessoas, num nível mundial. Os países ricos tentam proteger as suas fronteiras de todas as maneiras. Viraram protecionistas, exceto os Estados Unidos. O Japão e a Europa são decididos protecionistas. Mas o fato concreto é que a globalização é um fenômeno que se pode conter apenas até um certo ponto; a força do elemento tecnológico é muito forte, muito grande. A globalização acabou com o monopólio das grandes empresas. Aí é que se torna fundamental o fortalecimento do Estado.

Houve, entretanto, uma mudança fundamental em termos da estratégia que cabe a um país como o Brasil realizar. A estratégia anterior era proteção, ponto. Quer dizer, “nos somos fracos, vamos nos proteger, nos fechar, nos encolher no nosso canto”. Hoje, a estratégia fundamental é dar condições para podermos competir. Pode-se proteger, mas por muito pouco tempo. Na verdade, a nova proteção é estimular a competição. A proteção não é preservar o mercado interno, a proteção é dar estímulos e vantagens para competir internacionalmente. Que foi aliás a estratégia original do Leste asiático. E uma estratégia muito superior à estratégia meramente protecionista, de fechamento de mercado, porque está sempre sendo checada pelo próprio mercado, enquanto a estratégia do fechamento é uma estratégia em que o mercado pode ser totalmente excluído. Por essas razões a convergência acontecerá, mas a longuíssimo prazo. Sou um homem otimista e, dado o caráter universal do sistema capitalista, a convergência dos níveis de vida é inevitável. Mas não nas nossas vidas.

Chama-nos a atenção que alguns países africanos tenham hoje praticamente a mesma renda per capita que tinham em 1900.

Isso é importante, eu sempre separo aqueles países que não fizeram o *take off*²⁸, como os países da África, que não se tornaram ainda capitalistas. É cada vez menor a porcentagem dos países e da população do mundo nessas condições. Os países que não fizeram a sua acumulação primitiva, ou o seu *take off*, que é mais ou menos a mesma coisa, precisam ser, de alguma forma, ajudados.

²⁷ - Bresser-Pereira e Dall'Acqua (1991) “Economic Populism versus Keynes: Reinterpreting Budget Deficit in Latin America”.

²⁸ - Termo utilizado pela primeira vez em Rostow (1960) *The Stages of Economic Growth*.

Como o senhor vê Capitalismo Tardio, de João Manuel Cardoso de Mello [1982]?

Eu acho aquele livro um equívoco, faz parte tipicamente da visão funcional-capitalista ressentida que analisei em “Seis Interpretações sobre o Brasil” [1982]. João Manuel é discípulo, naquele livro, de Caio Prado Júnior e Fernando Novais, dois grandes intelectuais. Só que Fernando Novais, além de fazer uma maravilhosa análise do Brasil colonial, é um típico representante dessa visão ressentida de 64. Que depois foi influenciar o João Manuel, levando-o a achar que a Revolução de 30 não foi importante. Para negar que tinha havido no Brasil uma aliança entre empresários industriais, trabalhadores e tecnocratas, entre 1930 e 1960, para acelerar a industrialização, fato que é concreto e objetivo. A estratégia desse grupo de intelectuais de esquerda foi desqualificar a importância da Revolução de 30 e ir buscar as origens da industrialização brasileira no final do século XIX. De fato, foi um importante momento. Mas o grande momento da industrialização brasileira foi a partir de 1930. Houve então essa aliança entre trabalhadores, tecnocratas e empresários industriais, que se rompeu nos anos 50, dados os fatos novos, que estão examinados em uma carta por mim escrita em 1960, em um artigo de 1963²⁹, e no meu livro *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, de 1968.

Qual será, na sua avaliação, o tema relevante nos próximos anos ?

Já estou nele há dez anos! (risos). Não trabalho mais sobre a inflação efetivamente desde meados dos anos 80. Para mim, o tema fundamental nos anos 90, que comecei a discutir em 1987 quando fui ministro da Fazenda, é a retomada do desenvolvimento brasileiro, que passa pela interpretação da crise do Estado.

Os economistas americanos estão agora com o tema do desenvolvimento econômico também. É verdade que em um nível muito abstrato, mas voltaram às idéias básicas da *Development Economics* dos anos 40 e 50, de [Paul] Rosenstein-Rodan, [Raúl] Prebisch, [Nicholas] Kaldor, [Gunnar] Myrdal e [Albert] Hirschman, o que é um grande avanço. Seja nesse plano mais abstrato, seja em um plano mais concreto, de diagnóstico, de propostas, acho que a redefinição do papel do Estado é fundamental. A idéia de que o Estado deixe de ser executor e passe a ser regulador e financiador do social.

O Estado é uma organização burocrática que tem o poder extroverso, o poder de legislar e tributar sobre a população em uma sociedade. O tamanho do Estado não é dado pelo número de funcionários que tem, pelo número de empresas que administra, mas pela sua carga tributária. Se a carga tributária de um Estado é de 50% do PIB, ele é grande em relação àquela sociedade, se é de 30%, é médio, se é de 10%, é pequeno. Agora, o que fazer com essa carga tributária? Pode-se usá-la diretamente, empregando funcionários públicos que realizam todos os serviços, ou pode-se comprar bens e serviços de terceiros. Existem dois tipos de bens e serviços

²⁹ - Bresser-Pereira (1962) “The Rise of Middle Class and Middle Management in Brazil”.

de terceiros. Um inclui barragens, estradas, ruas, aeroportos. No passado não, era o próprio Estado que fazia essas obras; hoje são empresas privadas. Outra coisa é financiar educação, saúde, com o dinheiro do povo, com o dinheiro do tributo. Hoje o Estado ainda usa burocratas para realizar essas tarefas, mas cada vez menos. A tendência é de delegar a execução para entidades públicas não-estatais. É o que os americanos e os ingleses estão fazendo há muito. O Estado continua a garantir os direitos sociais, mas não executa diretamente os serviços.

Especialmente nas universidades.

É, especialmente nas universidades, nos hospitais. Pode-se reduzir o Estado, privatizar todas as universidades, privatizar toda a escola, todos os hospitais, o que seria uma desgraça. Que se privatize as empresas estatais eu acho muito bom, exceto os monopólios naturais. Nesse caso é preciso tomar cuidado. Desde que se supere a fase da acumulação primitiva, o papel do Estado de promover poupança forçada deixa de ser fundamental. Ele passa a ser muito mais um agente redistribuidor do que um agente acumulador. Mas continua tendo um papel na área de acumulação e na preservação da autonomia dos Estados nacionais em relação à globalização do mundo. O desafio do presente é combinar as pressões da globalização, que são inevitáveis, com um certo grau de autonomia para os Estados nacionais, sejam eles Estados ricos, para se protegerem dos pobres, sejam eles Estados pobres, para não deixar que os ricos se protejam tanto.